



LEGISLATIVO / Por acordo entre Senado e Câmara, trechos da proposta que tiveram consenso nas Casas serão publicados hoje. Já as alterações feitas pelos senadores terão de ser submetidas a nova votação entre os deputados

PEC dos Precatórios: promulgação fatiada

» JORGE VASCONCELLOS
» TAINÁ ANDRADE

Os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), chegaram a um acordo sobre como será a reta final da tramitação da PEC 23/2021, que trata dos precatórios, já aprovada nas duas Casas. Conforme o acordo, os pontos do texto que forem consenso entre deputados e senadores deverão ser promulgados, hoje, pelo Congresso.

"A promulgação deve acontecer amanhã (hoje). As duas assessorias já estão trabalhando. No texto comum, tecnicamente, para que não haja qualquer tipo de contestação", disse Lira, que já vinha defendendo o fatiamento da proposta. Ele anunciou o acordo durante pronunciamento ao lado de Pacheco, após mais uma reunião sobre o assunto.

A PEC dos Precatórios é a aposta do governo para viabilizar o Auxílio Brasil de R\$ 400, em substituição ao Bolsa Família. Segundo estimativas do Ministério da Economia, a proposta poderá abrir um espaço fiscal de R\$ 106 bilhões no Orçamento de 2022. Para isso, o texto muda o cálculo do teto de gastos e adia o pagamento de parte dos R\$ 89 bilhões que estão previstos para serem quitados pelo Executivo, no ano que vem, na forma de precatórios — dívidas da União e dos entes federados reconhecidas pela Justiça.

A PEC foi aprovada no Senado na semana passada e, como sofreu alterações, terá de ser apreciada novamente pela Câmara.

O acordo anunciado pelos parlamentares prevê, também, que as mudanças feitas no texto pelos senadores serão apensadas a uma outra PEC, a 176/2012, que está pronta para ser votada no plenário da Câmara. Ela retira idosos e pessoas com doença grave ou incapacitante da ordem de precatórios. Com esse apensamento, as inovações promovidas pelo Senado poderiam ser votadas rapidamente.

Conforme anunciaram Lira e Pacheco, a votação da PEC 176/2012 com os apensados deverá ocorrer na terça-feira da semana que vem. Antes do acordo, o presidente da Câmara defendia que as mudanças feitas pelos senadores deveriam tramitar

normalmente nas comissões, antes de irem a plenário.

No pronunciamento, Lira afirmou que os pontos da PEC dos Precatórios que têm consenso na Câmara e no Senado são a abertura do espaço fiscal no Orçamento de 2022, o adiamento do pagamento de precatórios e a possibilidade de os municípios parcelarem, em até 240 meses, dívidas com a Previdência Social. "Nós teremos de, agora, até a próxima terça, conversar em Brasília para tentarmos alinhar o máximo de texto comum possível", destacou.

Os dois parlamentares negaram que tenha havido uma queda de braço entre Câmara e Senado em torno da tramitação da PEC dos Precatórios. "Ao promulgar a PEC, a partir desse trabalho técnico que nós estamos fazendo de hoje (ontem) para amanhã (hoje), promulgando essa parte comum amanhã (hoje) e tendo o compromisso da Câmara da apreciação das inovações na terça-feira, eu considero que estão acomodados os interesses, de Câmara e de Senado, e o interesse da sociedade de ver esse problema resolvido", declarou Pacheco.

Segundo ele, pesou muito a favor do acordo a urgência da definição do financiamento do Auxílio Brasil. "Há uma unanimidade no Senado, um senso de urgência de implantação para o Auxílio Brasil", disse.

Alterações

Em uma das modificações feitas no texto, o Senado definiu que o Auxílio Brasil terá caráter permanente, e não vigência apenas até dezembro de 2022, como previa a versão original. Também foi aprovada a vinculação de todo o espaço fiscal aberto pela PEC ao pagamento do novo programa e das despesas da Seguridade Social — Saúde, Previdência Social e assistência social.

Entre os senadores, a pressão de Lira pelo fatiamento da PEC gerou preocupações com a possibilidade de os deputados retomarem a versão original da PEC. O líder do governo no Senado, Fernando Bezerra (MDB-PE), tinha dito que o presidente da Câmara estava ciente das negociações para a aprovação da proposta e tinha assumido o compromisso de votar o texto na íntegra, e não fatiado.

Pedro Gontijo/Senado Federal



Pacheco e Lira após a reunião: as mudanças feitas pelo Senado serão apensadas a outra PEC

A parte mais importante é a abertura do espaço fiscal no Orçamento para pagamento do Auxílio Brasil"

Arthur Lira (PP-AL), presidente da Câmara

Há uma unanimidade no Senado, um senso de urgência de implantação para o Auxílio Brasil"

Rodrigo Pacheco (PSD-MG), presidente do Senado

O drible de Marinho

» RAPHAEL FELICE

Convocado pela Comissão de Fiscalização e Controle do Senado para prestar esclarecimentos sobre compras e obras realizadas com recursos do orçamento secreto, o ministro do Desenvolvimento Regional (MDR), Rogério Marinho, atribuiu ao Congresso a responsabilidade pela criação dessas emendas do relator. Segundo ele, os parlamentares questionam "o leite derramado" por interrogarem integrantes do governo a respeito de um dispositivo que ganhou corpo por conta do próprio Parlamento.

"O que nós estamos assistindo, hoje, é a uma discussão do leite derramado. A hora de discutirmos de que forma deve ser aplicado o orçamento é por ocasião da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da LOA (Lei Orçamentária Anual), isso aconteceu em 2019", disse.

Marinho afirmou ainda não ter acesso aos autores originários das emendas do Orçamento e que essa ferramenta não foi concedida a ele por decisão dos próprios parlamentares. "Eu nunca recebi essa informação (autoria das emendas). Vossa Excelência e seus pares, quando votaram o Orçamento, por duas vezes, não mudaram o orçamento para que eu tivesse essa condição de acesso", enfatizou.

Ironia

Em tom irônico, o senador Styvenson Valentim (Podemos-RN), autor do requerimento de convocação do conterrâneo, comentou que uma das funções mais meritórias dos parlamentares é conseguir verbas para seus estados e municípios, mas, no caso das emendas do relator, os deputados e senadores não querem assumir a responsabilidade do envio das emendas.

Segundo informações do jornal *O Estado de S. Paulo*, R\$ 1,4 milhão de emendas do relator foram empregados na obra de um mirante turístico a 300 metros da propriedade de Marinho em Monte das Gameleiras (RN). Para apurar o caso, Valentim pediu o depoimento do ministro.

Promessa de dar transparência às RP9

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), chamou de "sensata" a decisão da ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal (STF), de liberar a execução de verbas das emendas do relator, as chamadas RP9, após apelos do Congresso Nacional. Com isso, cerca de R\$ 7 bilhões que estavam repassados poderão ser distribuídos ainda neste ano.

"Há uma compreensão de que o orçamento precisa ser executado, porque isso representa saúde, educação, infraestrutura, investimentos, que vão para o Brasil todo. Obviamente, queremos a transparência, que haja o melhor emprego possível desses recursos e criar os mecanismos próprios para isso."

Pacheco também ressaltou que o Congresso vai tentar cumprir o prazo de 90 dias para dar transparência às RP9: fornecer os nomes dos autores originais dos repasses e a destinação. "Eu jamais vou defender orçamento

secreto ou qualquer tipo de emprego de recurso público indevido", frisou. "Essa decisão da ministra Rosa Weber permite que possa ser feito esse trabalho de individualização de cada centavo que foi empregado no orçamento público, identificando quem foi o beneficiado final, qual a finalidade daquela emenda, o que motivou o relator a indicá-la e qual a participação de parlamentares nessas indicações."

Resolução

De acordo com Pacheco, o Projeto de Resolução do Congresso Nacional (PRN) também contribuiu para dar "transparência total" às RP9. Ele disse ter solicitado ao relator do orçamento de 2021, Marcio Bittar (MDB-AC), o cumprimento das exigências de Weber e que, se necessário, pedirá o mesmo trabalho ao senador responsável pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LOA) em 2020. (RF)

Entrada de Ambulância

1.400 OBRAS NO DF

Nova UPA do Paranoá

GDF